

Caminhos de formação: entre escritas, saberes e deslocamentos

Este capítulo acompanha os primeiros passos da trajetória intelectual de Mariza Corrêa, marcada por diferentes tipos de deslocamentos: geográficos, profissionais e epistemológicos. Do jornalismo à antropologia, passando por sua vivência nos EUA e pela entrada na Unicamp como estudante e também docente, o que se delineia é uma formação plural, construída em constante diálogo com as tensões de seu tempo. Mais do que uma simples mudança de área, trata-se de uma travessia na qual interesses pessoais, como a literatura e o feminismo, se articularam a experiências institucionais e redes de pesquisa, abrindo caminho para uma reflexão crítica que atravessa gênero, poder e a constituição do campo antropológico no país. Ao reconstituir essa fase inicial, busco evidenciar não apenas os marcos da carreira de Corrêa, mas os sentidos que ela atribuiu a seus próprios movimentos e escolhas ao longo do percurso.

Do jornalismo à antropologia: uma travessia intelectual

Mariza Corrêa nasceu em Porto Alegre e se formou na Escola Normal em 1964, junto a outras 37 mulheres, das quais apenas duas cursariam também a graduação. Esse é um contexto também partilhado por sua mãe, uma dona de casa que acreditava não ser necessário às mulheres o ensino superior. Ao mesmo tempo, é interessante destacar que Corrêa

tinha uma avó que partilhava com ela o sonho de entrevistar a filósofa Simone de Beauvoir (1908-1986) (cf. Corrêa, 2006b).

Desde o início de sua trajetória fica evidente a importância da docência, uma vez que inicia sua carreira profissional como professora da educação básica, concomitantemente ao ingresso na universidade. Corrêa nutria o desejo de ser escritora e, em virtude disso, decide cursar jornalismo. Ainda na região Sul do Brasil, iniciou seus estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sendo a primeira pessoa em sua família a cursar o ensino superior. Durante sua graduação, já em 1966, começou sua carreira na profissão trabalhando no jornal *Zero Hora*, onde conheceu seu futuro marido, o cientista político Plínio Dentzien (1941-2016). É importante ressaltar que Corrêa era então a única mulher na redação desse jornal. Esse é um dado que, como veremos, não é isolado em sua trajetória e contribuiu com seus interesses políticos e de pesquisa ao longo da vida.¹

Alguns anos após seu casamento, ela se mudou para Belo Horizonte, onde Dentzien iniciou sua pós-graduação em ciência política; foi lá também que Corrêa concluiu a graduação em jornalismo. Nesse mesmo período, começou a trabalhar no *Diário da Tarde*, uma sucursal local do grupo Diários Associados, continuando a ser a única mulher da redação. Essa situação só mudou quando a antropóloga foi aprovada em um processo seletivo nacional para a *Veja*, que, naquele momento, era a revista semanal mais lida do país. Assim, rumou para São Paulo em 1968 junto a Rodrigo, seu filho recém-nascido.² É relevante destacar a diferença entre

1 É interessante notar que Corrêa chamava atenção para esse detalhe ao analisar sua vida em retrospectiva cerca de 40 anos depois dos acontecimentos lembrados (ver Corrêa, 2006a).

2 Nos depoimentos de Corrêa não é possível afirmar com certeza se Dentzien permanece em Belo Horizonte ou se ele também se muda para São Paulo nesse momento, mas sim que quando ela retorna à Porto Alegre ele está em um período de transição entre o mestrado e o doutorado e também retorna ao Rio Grande do Sul.

os primeiros anos da revista e seu desenvolvimento posterior: Corrêa mencionou, em depoimento dado em 2006, que a revista *Veja*, inicialmente, era um veículo mais crítico e questionava o governo militar da época. Segundo a antropóloga, foi em decorrência disso e da baixa de vendas que houve uma mudança significativa no viés da redação nos anos subsequentes. Dentre as diversas reportagens que realizou nesse período, Corrêa (2006a) destaca a entrevista feita com o ex-presidente Jânio Quadros (1917-1992), após a cassação de seus direitos políticos pelo governo militar. Entretanto, não demorou para que saísse do periódico.

Com seu desligamento da revista, Corrêa retornou, brevemente, a Porto Alegre, antes de sua partida aos EUA. Em 1969, chegou em Michigan, onde Dentzien havia conseguido uma bolsa para realizar seu doutorado em ciência política. Durante sua estadia no país, Corrêa aproveitou para fazer diversos cursos relacionados a literatura, especialmente literatura hispano-americana, e dar continuidade ao seu desejo de ser escritora. Nesse contexto, é importante destacar sua afinidade com duas figuras, suas obras e trajetórias: Simone de Beauvoir e Ruth Landes (1908-1991). Além de seu desejo antigo de entrevistá-la, a filósofa francesa foi uma referência importante para a literatura feminista e para as feministas da geração de Corrêa, assim como para os estudos sobre mulheres que, anos depois, seriam denominados de estudos de gênero. O contato de Corrêa com Beauvoir já vinha do Brasil, mas foi nos EUA que o estudo sobre feminismo, em que a influência da autora francesa se mostrava central, se intensificou.

É ali também que Corrêa teve seu primeiro contato com a antropologia, através do livro *A cidade das mulheres* (*The city of women*, 1947), de Ruth Landes, e de um depoimento sobre a passagem da antropóloga norte-americana pelo Brasil (*Women in the field: anthropological experiences*, 1970). A antropóloga estadunidense fez pesquisa no Brasil na década de 1930 em terreiros na Bahia, enfatizando a importância do papel das mães de santo em terreiros de candomblé e a forte presença de homossexuais

como pais de santo nos cultos de caboclo. Seu trabalho, no entanto, foi duramente criticado por Arthur Ramos (1903-1949) e por Melville Herskovits (1895-1963), que também estudaram terreiros baianos e que produziram pareceres muito críticos sobre sua postura como pesquisadora (cf. Corrêa, 2002, 2003a, 2023a). Esse foi o primeiro de vários contatos que Corrêa teria com a figura e a obra de Landes (cf. Corrêa, 2023a), que mais tarde faria parte de sua análise sobre a relação entre gênero e a história da antropologia – o que resultou em uma breve troca de cartas entre elas na década de 1980. Em suas próprias palavras: “Se eu não tivesse lido a Ruth Landes contando a sua pesquisa aqui no Brasil, talvez eu nunca tivesse me interessado pela antropologia, porque, até então, a antropologia não existia para mim” (Corrêa, 2003b, p. 106). Esse conhecimento sobre a disciplina ganharia uma nova perspectiva no retorno ao Brasil.

No início da década de 1970, após dois anos e meio nos EUA, Corrêa retornou ao Brasil e passou a viver em Campinas, onde Dentzien recebeu um convite para lecionar na Unicamp. Sua intenção inicial era realizar uma pós-graduação em literatura com Antonio Candido (1918-2017) na Universidade de São Paulo (USP), mas seus planos foram frustrados ao ouvir de um colega que ele nunca aceitaria uma jornalista como aluna.³

Nesse mesmo período, Corrêa conheceu o antropólogo britânico Peter Fry (1941-), recém-chegado ao Brasil e à Unicamp para criar o Conjunto de Antropologia (atual Departamento de Antropologia) e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, juntamente com

3 Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes (2018), esse amigo foi Marcos Faerman (1943-1999) – que será mencionado mais adiante. Entretanto, segundo Guita Grin Debert (1948-), por anos colega de Mariza Corrêa na Unicamp, a professora Heloisa Pontes (1959-) – que foi orientanda de Corrêa e que estudou, entre outros temas, o Grupo Clima, do qual Candido foi membro – afirmou que esse comentário não fazia sentido e que o intelectual não tinha nenhum problema com jornalistas, tendo inclusive criado o suplemento literário do jornal *O Estado de S. Paulo* e produzido diversas críticas literárias para o mesmo (cf. Debert, 2018).

Antonio Augusto Arantes (1943-) e Verena Stolcke (1938-).⁴ Fry a advertiu de que não precisava fazer literatura para ser escritora e lhe apresentou o livro *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande* (1937), de Edward Evans-Pritchard (1902-1973). Corrêa se apaixonou pelo livro e afirmou ter pensado que poderia “fazer literatura disfarçada de antropologia” (Corrêa, 2006a). Entre as várias qualidades do texto de Corrêa, destaca-se a criatividade dos títulos, que costumavam ser curtos e impactantes, em vez de meramente descritivos.⁵

É curioso que, três décadas mais tarde, Corrêa tenha confirmado essa relação entre literatura e antropologia através das histórias que buscava contar – algo que ela passou a explorar sobretudo a partir de seu doutorado, quando se voltou ao passado da disciplina que escolheu como profissão: “Acho que contar histórias é um dom que compartilhamos com os literatos e que deveríamos exercer com mais frequência. Contar histórias é um modo de não esquecer” (Corrêa, 2006c, p. 32). As pesquisas de pós-graduação foram fundamentais para a atuação de Corrêa como antropóloga feminista, que buscava olhar para a criatividade crítica de um olhar repleto de referências de vários campos do conhecimento. Em uma fala para o documentário produzido em comemoração aos 50 anos das Reuniões Brasileiras de Antropologia (Memórias [...], 2004a, 2004b), Corrêa afirmou que a pós-graduação foi um grande divisor de águas na história da antropologia no Brasil, a partir da criação de programas no

4 Quando Verena Stolcke chegou no Brasil ela utilizava o seu nome de casada, Verena Martinez-Alier, e isso perdurou até 1978; a partir dessa data ela escolheu utilizar novamente seu sobrenome de nascimento (cf. Fonseca, 2024). Neste livro opto por me referir a ela em todas as passagens como Verena Stolcke.

5 Além disso, Heloisa Pontes e Maria Filomena Gregori (2018, p. 2), que foram suas alunas, apontaram outra qualidade do trabalho de Corrêa que se vinculava à sua aproximação com a literatura: “Era pela escrita – e não só pelo conteúdo de seus argumentos – que ela punha a imaginação a serviço do discernimento rigoroso, inseparável do alcance de suas análises”.

final da década de 1960 e início dos anos de 1970.⁶ Entretanto, esse processo também representou um divisor de águas em sua própria trajetória, a inserindo efetivamente na disciplina à qual se dedicou por toda a vida – incluindo uma preocupação em estudá-la, analisá-la, contá-la e transformá-la.

É dessa forma que a antropóloga ingressa na terceira turma de mestrado em antropologia da Unicamp em 1973, sob a orientação de Verena Stolcke. Corrêa foi a primeira a obter o título do programa em 1975, com a dissertação intitulada *Os atos e os autos: representações jurídicas de papéis sexuais* (Corrêa, 1975). Por muito tempo, a dissertação e seus desdobramentos, na forma de publicações, foram lidos mais pelo campo jurídico do que pelo antropológico. Essa temática de pesquisa surge de um desencontro entre o que Corrêa havia visto nos EUA em relação ao feminismo e o que estava acontecendo na sociedade brasileira, que passa a perceber com mais clareza: o assassinato de mulheres por seus maridos e absolvição desses últimos por seus crimes. Como já foi mencionado, o feminismo já havia aparecido na vida de Corrêa antes de sua viagem ao exterior, mas é somente após sua vivência e leituras realizadas na América do Norte que ela consegue compreender melhor sua formação e seu posicionamento como feminista.

6 A antropologia na pós-graduação teve início na USP ainda na década de 1930, com a cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani em 1935, bem como da cadeira de Antropologia em 1941, ambas ainda baseadas no sistema de cátedras. O sistema foi reformulado em 1970 após a Reforma Universitária e o Parecer Sucupira (Corrêa, 2013b) – marcos que modificaram o ensino superior no Brasil na década de 1960. Nesse período houve também a tentativa de criação de um programa na Universidade de Brasília (UnB), porém em virtude no início da ditadura militar em 1964, apenas um mestre foi formado: o antropólogo Pedro Agostinho da Silva (1937-2022); posteriormente, o programa foi retomado (Serafim, 2021). Os primeiros programas de mestrado em antropologia, nos moldes que seguimos até os dias de hoje, foram implantados no Museu Nacional em 1968, na Unicamp em 1971, na USP em 1972 e na UnB em 1972. Com exceção da USP, os programas de doutorado só se iniciaram posteriormente.

Quando eu voltei, um dos grandes casos que estavam na imprensa era o assassinato de Jô de Souza Lima em Belo Horizonte [...] Eu fiquei chocada. Comecei a prestar atenção um pouco nisso e fiquei impressionada, porque isso era uma das áreas que ninguém estava analisando e os maridos que matavam suas mulheres estavam sendo sistematicamente absolvidos (Corrêa, 2003b, p. 106-107).⁷

Os casos de assassinatos se espalhavam por diferentes cidades no país, incluindo Campinas, onde passou a morar com sua família. Foi justamente um caso ocorrido na cidade que Corrêa escolheu para analisar em um exercício em uma das disciplinas de mestrado, ministrada por Peter Fry. A tarefa consistia em produzir uma análise a partir de um exercício etnográfico, relacionando com parte da bibliografia vista do curso – nesse caso, a análise situacional tal como proposta pelos intelectuais da chamada Escola de Manchester. Para isso, Corrêa analisou um julgamento ocorrido em 1973: o assassinato de uma mulher por seu marido, sob a justificativa de uma acusação de adultério. A esposa, uma professora, havia sido atingida por 12 facadas desferidas por seu marido, um advogado e procurador, que alegou ter defendido a sua honra – supostamente ameaçada pela relação da vítima com outro homem (cf. Fry, 2018). O resultado, que está disponível para a consulta no acervo pessoal de Fry e no de Corrêa,⁸ é uma etnografia detalhada do julgamento,

7 Josefina (Jô) Souza Lima (1935-1971) foi assassinada pelo seu marido, Roberto Lobato, em Belo Horizonte em 1971. No julgamento os advogados alegaram como defesa a "legítima defesa da honra" e Lobato foi absolvido pelo júri em 1973 (cf. Moura, 2019; Pontes, 2018).

8 O acervo de Peter Fry e também o de Mariza Corrêa estão disponíveis para consulta de pesquisadoras e pesquisadores no Arquivo Edgard Leuenroth, localizado na Unicamp. No caso de Fry, o documento em questão integra a subsérie Trabalho; já em relação à Corrêa, o mesmo se encontra atualmente na caixa 38.

incluindo a análise de todos os participantes. Esse exercício se tornaria a base mais sólida da pesquisa sobre crimes passionais que ela desenvolveu no mestrado.

Em sua dissertação, Corrêa discute, por meio da análise de um mecanismo compreendido como “legítima defesa da honra”, como a justiça e seus operadores se organizavam a partir de um código cultural que definia condutas. A pesquisa tem como recorte processos oriundos de Campinas ocorridos entre 1952 e 1973, relativos a casais heterossexuais, sejam eles formalizados perante o Estado brasileiro ou não. Vale destacar que a relação amorosa devia ser central para o caso. Posteriormente, a pesquisa foi publicada também nos livros *Os crimes da paixão* (Corrêa, 1981a) e *Morte em família* (Corrêa, 1983). Esse suposto instrumento jurídico não existia, e nunca existiu, formalmente na legislação brasileira; era, na realidade, uma distorção retórica da noção de honra – um argumento utilizado em casos de injúria ou difamação – e da noção de legítima defesa – que se aplica em situações de resposta a atos violentos ou agressões.

Nesse momento, ainda não se falava em análises de gênero, mas eram os papéis cumpridos e esperados de homens e mulheres que estavam em disputa nesses processos. O que se analisava nessa pesquisa era mais do que o crime em si, mas como esses homens e mulheres cumpriam as expectativas sociais vinculadas à masculinidade e à feminilidade. Ou seja, embora todas as pessoas envolvidas tivessem cometido um assassinato, nem todas foram julgadas e penalizadas da mesma maneira. Essa diferença não resultava, necessariamente, da violência empregada ou de outros fatores análogos, mas sim da quebra ou da manutenção das normas sociais. Aqui, poderia haver a comprovação do crime – o fato de as partes implicadas em julgar estarem convencidas de que houve um assassinato e quem era seu autor ou autora, mas a condenação não estava implicada de forma direta a esse conhecimento – e essa condenação era afetada pelos códigos sociais e morais de conduta e pela forma como isso era apresentado durante o processo. Ou seja, o centro do julgamento

não era o crime em si mesmo, mas como se articulavam o contexto dessa ação, a trajetória dos envolvidos e os papéis desempenhados.

Nessa mesma toada, o objetivo do trabalho de Corrêa não era desvendar os crimes ou trazer novos aportes nesse sentido; o que estava em foco era como as pessoas envolvidas e as operadoras da justiça brasileira mobilizavam as narrativas construídas em torno do caso a partir de certos pressupostos estruturais na sociedade brasileira. Em outras palavras, ela analisou como os atos de violência, produzidos tanto durante o crime quanto durante o julgamento, se transformavam em autos de justiça e em documentos que registram todo o processo. Seguindo esse caminho, Corrêa chegou à conclusão de que só é possível compreender esse fenômeno por meio do conjunto que integra os homens que assassinaram suas esposas (o que a levou a estudar esse objeto) e as mulheres que mataram seus maridos em contextos de disputas conjugais.

Nesse cenário é importante compreender o papel socialmente esperado de homens e mulheres. Para os primeiros, a noção de provedor era fundamental para entender seu contexto: funcionava tanto como um atenuante ao crime, quando essa categoria era mobilizada de maneira habilidosa pela defesa, quanto como uma justificativa para a violência exercida contra eles em casos de não cumprimento dessa função. Ser visto como um bom marido – aquele que atendia às demandas financeiras e materiais consideradas necessárias para a família –, em contraste com uma mulher que não desempenhava suas funções esperadas ou que comete adultério, poderia corroborar a tese de uma legítima defesa da honra. Por outro lado, ser um mau provedor ou um homem com comportamentos violentos comprovados poderia ser apresentado como uma justificativa para seu assassinato. Mais uma vez, o que estava em jogo no julgamento não era o crime isoladamente, mas sim a imbricação entre papéis desempenhados pelas pessoas envolvidas e os fatos tais como interpretados. Ou, nas palavras da antropóloga, a “situação em que ele foi cometido e a biografia de quem o cometeu” (Corrêa, 1983, p. 310).

No caso das mulheres, as noções de vítima e de fidelidade eram fundamentais para a análise de Corrêa. O adultério, por exemplo, era uma das principais alegações para a lesão da honra de seus companheiros, mas também poderia ser utilizado como atenuante para as mulheres, associando-se à justificativa de que estariam em busca de um verdadeiro provedor para suas casas. No caso das mulheres, o que estava em questão não era um ataque à sua honra, mas sim às suas formas de vida e subsistência. É importante ressaltar que a feminilidade estava fortemente atrelada a uma imagem de fragilidade, instabilidade e dependência, o que reforçava a ideia de mulheres como vítimas – e esse lugar fazia com que elas fossem menos penalizadas nos processos judiciais.

Essa concepção era corroborada por alguns discursos feministas do período, com o que Corrêa não concordava como prática política – tendo afirmado inclusive sobre um cansaço a respeito dessa vinculação nos discursos em diferentes ocasiões (cf. Corrêa; Piscitelli, 1998). Segundo Corrêa, bem como diversas colegas com quem mantinha interlocução sobre os desafios da crítica feminista, essa ideia de “vitimização” acabava por criar uma armadilha para as próprias mulheres, uma vez que, na “sua capacidade de ação, ou agência [...] nessa argumentação, a mulher aparece como um ser passivo, vitimado por uma situação já determinada por uma condição dada” (Gregori, 2018, p. 9). Peter Fry (2018) salienta que essa contribuição do trabalho de Corrêa teve uma dupla implicação: de um lado, o entendimento sobre como essas categorias eram mobilizadas pela sociedade e pelo Judiciário; de outro, “ao levar em consideração a violência física das mulheres, provocou o feminismo a um maior cuidado com a análise das relações de gênero” (Fry, 2018, p. 9). Essa virada se dá justamente com a entrada dos debates sobre gênero no país – que no caso de Corrêa e da Unicamp serão apresentados adiante.

Além da questão de gênero, classe e raça também eram elementos importantes a serem analisados, já que uma grande parte desse tipo de crime que chegava ao conhecimento público através dos jornais envolvia

famílias ricas. A posição no estrato social e racial que os envolvidos ocupavam também impactava a forma como eram interpretados pelo júri, muito em conformidade com o nível de afinidades e diferenças que ambos podiam apresentar naquele contexto específico de julgamento. A partir da década de 1990, com as mobilizações feministas, as pesquisas, os programas de televisão sobre o assunto, a alegação de “legítima defesa da honra” passou a ser menos aceita pelos tribunais no país. Isso não significa que a mesma tenha deixado de ser utilizada, mas que deixou de receber decisões favoráveis. No entanto, foi apenas em 2023 que o Supremo Tribunal Federal declarou esse instrumento retórico como inconstitucional (Tese [...], 2023). Como aponta Heloisa Pontes (2018, p. 6):

Se, em 1975, Mariza tinha dúvidas sobre a eficácia do seu estudo, cinco anos depois elas seriam descartadas. Não por um ato de vontade individual da autora, mas pela entrada definitiva do tema da violência de gênero nas bandeiras de luta do feminismo. No dia 10 de outubro de 1980, em ato público realizado em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, foi lançado o SOS-Mulher⁹ [...] A violência contra as mulheres deixava de ser um assunto privado, restrito ao âmbito familiar e confinado ao ordenamento jurídico, para ser apreciada e entendida como um problema social e político de largo alcance. “Quem ama não mata” tornou-se o lema desse evento, que culminou na realização da primeira passeata feminista na cidade de São Paulo.

Outro ponto a ser destacado da dissertação de Mariza Corrêa diz respeito à reflexão que a antropóloga faz dos autos dos processos: na análise dos documentos judiciais, Corrêa chama a atenção para a não objetividade

9 “O SOS-Mulher de São Paulo foi a primeira entidade no Brasil criada por iniciativa de vários grupos feministas, em outubro de 1980, com o propósito de prestar atendimento a mulheres vítimas de violência” (Gregori, 2018, p. 6-7).

desses papéis, afinal eles são também responsáveis por construir e re-produzir os papéis sexuais esperados e refletem as narrativas criadas no processo, o que a antropóloga chama de fábula (Corrêa, 1975, 1983). Porém, a constatação de que os documentos não são sinônimos de uma verdade absoluta sobre o crime não implica que os mesmos não sejam válidos para uma análise sobre o caso, muito pelo contrário. A antropóloga ressalta a importância de olhar para a forma e o conteúdo da documentação, pois é ali, mais do que na performance do julgamento, que se torna possível acompanhar como o debate das narrativas está sendo travado: “Se queremos saber o que não está dito, temos de olhar para o que foi explicitamente dito, uma vez que as razões silenciadas necessitam do contraste das razões trombeteadas para emergir” (Corrêa, 1983, p. 302). O processo é o espaço onde as ambiguidades tentam ser resolvidas de uma maneira que permita um ordenamento com sentido para o julgamento.

Esse apontamento da antropóloga se relaciona diretamente às discussões travadas na historiografia e nas ciências sociais na segunda metade do século XX, sobre a não equivalência dos arquivos e documentos a repositórios de verdades, mas como espaços onde as narrativas são construídas e disputadas (Serafim, 2023b). É possível supor que Corrêa estava atenta a essa discussão por uma característica que se percebe ao longo de sua trajetória: tratava-se uma intelectual antenada em novas bibliografias e discussões travadas nas ciências sociais, tendo lido uma série de autoras e autores muito antes de chegarem a um amplo espectro de leitoras e leitores.¹⁰ Além disso, sua formação e seu trabalho como jornalista podem também ter contribuído para essa reflexão.

10 Isso fica evidente ao analisarmos os muitos textos que foram preservados em seu acervo, o qual será apresentado adiante. Da mesma forma, essa é uma característica frequentemente mencionada nas entrevistas realizadas durante minha pesquisa de doutorado.

O trabalho de Corrêa como jornalista vai além de suas primeiras experiências profissionais, anteriores à ida aos EUA. Após concluir sua dissertação de mestrado, ela também atuou em jornais alternativos e militantes – iniciativas caracterizadas pela independência editorial e pelo posicionamento crítico e contestador em relação ao contexto político e cultural do país naquele período. Esse trabalho teve início quando um colega de Porto Alegre, Marcos Faerman, na época um dos produtores da revista *Versus* (uma publicação de enfrentamento à ditadura militar brasileira), a indicou como jornalista responsável por um jornal feminista e político, que funcionava no mesmo espaço em São Paulo. Se tratava do *Nós Mulheres*, que teve início em 1975 e publicou edições entre 1976 e 1978. Nesse espaço, a antropóloga passou a conhecer melhor as ativistas da cidade, com quem escreveu e discutiu coletivamente todas as matérias publicadas durante os dois anos de funcionamento do periódico. A iniciativa foi encerrada devido às dificuldades de financiamento, levando seus membros a se separarem em diferentes grupos, em que continuaram suas atuações críticas.

Um desses espaços foi a Fundação Carlos Chagas, que, na época, reunia um grupo de pesquisa focado na situação da mulher, dirigido pela psicóloga e ativista Carmen Barroso (1944-), com financiamento da Fundação Ford. Foi nesse contexto que surgiu o jornal *Mulherio*, publicado entre 1981 e 1988, no qual Corrêa também atuou. Além do financiamento de uma instituição de grande prestígio, essa iniciativa contava com mais estrutura e as matérias eram assinadas individualmente pelas colaboradoras, embora o conselho editorial fosse praticamente o mesmo do *Nós Mulheres*. Adicionalmente, Corrêa colaborou também com alguns textos no *Lampião da Esquina*, um jornal produzido por homossexuais que saiu entre 1978 e 1981 e teve como um de seus criadores o antropólogo Peter Fry. É importante destacar que essas iniciativas ocorreram em plena ditadura militar, ainda que em seus anos finais, e em um contexto de parcial abertura política.

Paralelamente a isso, pouco tempo depois de defender a dissertação, em 1976, Corrêa se tornou professora da Unicamp. Dentre as várias disciplinas que lecionou ao longo de pouco mais de 30 anos de carreira, se destacam os temas associados às suas principais pesquisas: gênero e história da antropologia. Entretanto, além disso, a questão das relações familiares e métodos de pesquisa também foram bastante frequentes em suas aulas – como pode ser entrevisto tanto em seu Currículo Lattes¹¹ quanto nas várias ementas de cursos que foram preservadas em seu acervo documental.

A universidade, e principalmente o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e o curso de graduação em Ciências Sociais, eram ainda muito recentes quando Corrêa ingressou no quadro de docentes da instituição. O antigo Conjunto de Antropologia, agora Departamento de Antropologia, que havia sido inaugurado com os três docentes já mencionados, Arantes, Fry e Stolcke, começava a ter mais colaboradoras e colaboradores, ainda que fosse, à época, um núcleo pequeno. A Unicamp nasceu oficialmente após o início da ditadura militar, na década de 1960, e, por não estar localizada na capital paulista, como a USP, conseguiu se consolidar como um espaço onde certas temáticas e debates ainda podiam ser realizados, além de acolher intelectuais “perseguidos pelo regime militar” (Corrêa, 2013b, p. 153). Isso se refletiu na criação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e nas áreas específicas de ciências sociais e antropologia. Sobre esse período, Stolcke contou em entrevista para Corrêa que

a USP era muito confusa naquela época, estava sofrendo [perseguições]. Enquanto aqui tinha mais espaço, político, inclusive. Não tinha o olho do Dops¹² diretamente em cima, mas nós, estrangeiros estranhos,

11 Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1697698820602428> (acesso em 14/05/2025).

12 O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi um órgão policial de repressão e vigilância do governo brasileiro, que atuou principalmente durante os regimes do Estado Novo e da ditadura militar no país.

Peter e eu, com nossos fenótipos de turistas, e eu, como mulher, parecíamos totalmente inofensivos (Stolcke, 2013, p. 409).

É importante frisar que isso não significa que a Unicamp fosse um espaço à parte da repressão que ocorria na sociedade brasileira naquele período, apenas que a distância geográfica da capital paulista, assim como a própria distância do centro da cidade de Campinas, permitiram que a universidade fosse menos atingida pela repressão em comparação a outras instituições do país (como a USP e a UnB). Além disso, o reitor da época, o médico Zeferino Vaz (1908-1981), ocupava uma posição ambígua em relação ao contexto político: de um lado, era defensor do golpe militar; de outro, defendia os “seus comunistas”.¹³ O relatório da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” (Relatório [...], 2015)¹⁴ apontou que “a Unicamp esteve longe de ser uma ilha serena em mar revolto” (Piva, 2021): docentes, servidores, servidoras e estudantes foram submetidos a ameaças, prisões, interrogatórios e torturas, assim como ocorreram demissões por razões políticas, com aval das instâncias superiores da universidade.

A antropologia na Unicamp nasce, portanto, nesse contexto político e sob forte influência da antropologia britânica, graças à formação de Arantes, Fry e Stolcke,¹⁵ e com um grande destaque para os temas liga-

13 Carta do professor do Departamento de Ciência Política, Caio Navarro de Toledo (2013), dirigida à comunidade da Unicamp, sobre a necessidade da criação de uma Comissão da Verdade na universidade.

14 Braço local da Comissão Nacional da Verdade, realizada na Unicamp entre 2013 e 2015, essa Comissão teve como objetivo investigar as violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar.

15 Antonio Augusto Arantes cursou seu doutorado na Universidade de Cambridge com o antropólogo britânico Edmund Leach (1910-1989); Peter Fry se doutorou na Universidade de Londres sob a orientação da antropóloga britânica Mary Douglas (1921-2007); já Verena Stolcke produziu sua tese na Universidade de Oxford, junto ao antropólogo britânico Peter Rivière (1934-).

dos aos estudos de mulheres e de família (hoje entendidos como estudos de gênero), bem como de sexualidade. A disciplina, tal como constituída nessa universidade, foi pioneira nessas temáticas no Brasil. Além disso, a pesquisa empírica era também um aspecto central da formação, assim como um forte vínculo com a história – algo que é notável no trabalho desenvolvido por Stolcke no Brasil¹⁶ e nos trabalhos subsequentes de Corrêa. Segundo Stolcke (2013), isso também se devia ao fato de ela e Fry serem estrangeiros e sentirem uma necessidade maior de entender o que era o país através das pesquisas empíricas.

O contingente de docentes aumentou, inicialmente, com a contratação de pesquisadoras e pesquisadores visitantes, oriundos do Brasil ou de outros países. Em um segundo momento, a universidade passou a contratar efetivamente mais professoras e professores para seu quadro, com formação de sua própria pós-graduação ou de outros programas que haviam sido iniciados no mesmo período. Esse foi o caso de Corrêa, mas também de Suely Kofes (1949-), Alba Zaluar (1942-2019) e Carlos Rodrigues Brandão (1940-2023).

Entre as atividades exercidas na Unicamp, Corrêa foi chefe do Conjunto de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais (1980-1981); coordenou o curso de graduação em Ciências Sociais (1983-1984); chefiou o Departamento de Ciências Sociais (1985-1987); coordenou as áreas História Intelectual e Etnografia da Ciência (1987) e de Família e Relações de Gênero (1993) do Doutorado em Ciências Sociais; integrou o Conselho Diretor do Arquivo Edgard Leuenroth (1987-1988); coordenou o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (1988-1989); e foi diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – sendo a primeira mulher a ocupar essa posição – entre 1989 e 1993.

16 Destaco a pesquisa com as trabalhadoras das plantações agrícolas da região de Campinas, como *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)* (Stolcke, 1986).

Logo no início de sua docência na Unicamp, Corrêa, juntamente com alunas e professoras da instituição,¹⁷ criou um grupo de discussão feminista. Essa iniciativa, chamada Coletivo Feminista, organizou três eventos entre 1978 e 1980, intitulados “Semana da Mulher”, realizados na universidade. Tanto as reuniões do grupo quanto os eventos tinham como objetivo unir a teoria e a prática, promovendo discussões teóricas e acadêmicas nas ciências sociais em diálogo com os movimentos feministas e sociais (cf. Corrêa, 2001a). Sobre esse período, Maria Filomena Gregori (2018, p. 3) afirmou que “mais do que um grupo de estudos, tratava-se de uma alternativa de ativismo coletivo e, sobretudo, pessoal [...] Acho que para todas nós, o coletivo foi aprendizado político, afetivo e intelectual”.

Ao olhar para a trajetória de Corrêa até aqui, fica evidente que, para compreender seus movimentos, é preciso um olhar ampliado que aglutine “militância política, pesquisa acadêmica e cenário político-cultural” (Corrêa, 2001a, p. 23). Embora esses campos se entrelacem e influenciem os temas que ela escolheu abordar ao longo de sua carreira, é importante lembrar que a antropóloga tinha consciência de que havia distinções entre a atuação política e a prática científica, reconhecendo que, por vezes, era necessário separar esses dois campos em sua análise (cf. Corrêa, 1998).

A distinção e a imbricação das duas áreas também se refletiram em duas iniciativas que Corrêa ajudou a criar: o Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu em 1991 e a revista *Cadernos Pagu* em 1993. No primeiro, atuou como coordenadora e pesquisadora; na segunda foi diretora e editora. O Pagu surgiu após um curso sobre gênero e feminismos planejado por Elisabeth Souza Lobo (1943-1991),¹⁸ à época professora visitante da Unicamp, e promovido pela pesquisadora Adriana Piscitelli (1954-), inspirado na obra da historiadora norte-americana Joan Scott (1941-). O curso

17 Dentre elas, Heloisa Pontes, Maria Filomena Gregori (1959-), Verena Stolcke e Jeanne Marie Gagnebin (1949-).

18 Elisabeth Souza Lobo integrou, juntamente com Corrêa, o jornal *Mulherio*.

não chegou a ser efetivamente ministrado em decorrência da morte da socióloga, mas serviu de base para os debates do que viria a ser o Centro de Estudos de Gênero, que posteriormente se tornou Núcleo. Em razão da importância de Souza Lobo para essa história e para o campo de estudos de gênero, o Pagu recebeu o apelido da escritora e jornalista Patrícia Galvão (1910-1962). O nome “Pagu” foi uma sugestão da própria Souza Lobo, que tinha grande admiração pela figura (cf. Corrêa, 1998; Padovani; Simões; Bueno, 2023).¹⁹ Corrêa foi editora-chefe da *Cadernos Pagu* de 1994 a 2009, uma iniciativa que se transformou em uma das principais revistas na área de gênero, estudos feministas e sexualidade no país.

Família, gênero e poder: o caminho até *as ilusões da liberdade*

Em meados da década de 1970, após concluir a dissertação, Mariza Corrêa passou a delinear as ideias de uma pesquisa sobre família, o que rendeu importantes reflexões, bem como a formação de um eixo de pesquisas na Unicamp sobre o tema:

A coisa começou com meu interesse em desmentir as versões tradicionais que existem sobre as formas de organização f[a]miliar no Brasil – a primeira coisa a fazer sendo a busca dos pressupostos que informam a construção das teorias sobre família patriarcal brasileira (Gilberto Freyre et al) e daí partir para uma pesquisa propriamente antropológica em alguma região (talvez Sul talvez Maranhão), onde as formas de organização familiar tenham sido radicalmente diferentes desde o início da constituição da sociedade brasileira (Corrêa, [entre 1975 e 1978]).

19 A partir de 2010, a biblioteca do Núcleo passou a se chamar Biblioteca Beth Lobo, em homenagem póstuma à pesquisadora.

A busca de Corrêa por compreender as teorias sobre família a levou a uma reflexão crítica sobre as práticas sociais de controle sobre o corpo no século XIX, o que, por sua vez, a conduziu à obra de Arthur Ramos, *Loucura e crime* (1937). Nesse livro, Ramos narra a história da Escola Nina Rodrigues, um conjunto de intelectuais médicos baianos cuja obra teve um grande impacto nas ciências sociais e na própria consolidação da antropologia no país, especialmente na transição do século XIX para o século XX. Vale destacar que esse nome, assim como o uso do termo “Escola”, surgiu depois da morte do próprio Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), a partir das reivindicações desses pesquisadores que o sucederam, que buscavam estabelecer uma continuidade de temas de pesquisa a partir de suas ideias.

A transição da pesquisa de mestrado para o doutorado de Corrêa foi fortemente influenciada pelo trabalho de Michel Foucault (1926-1984). Desde o mestrado, ela já se aprofundara em diversas obras do filósofo francês, especialmente no que tange ao direito. No entanto, foi durante o doutorado que encontrou um campo de pesquisa que considerou “talhado para pôr as ideias de Foucault em discussão” (Corrêa, 2006a).²⁰

É então, nessa relação entre o trabalho de Arthur Ramos e de Michel Foucault, que Corrêa desenvolveu sua tese de doutorado em ciência política na USP, sob orientação de Ruth Cardoso (1930-2008), entre 1978 e 1982. Antes de apresentar essa pesquisa com mais detalhes, é preciso contextualizar brevemente o período em que foi desenvolvida. Como

20 Além da influência do trabalho de Foucault para o trabalho pessoal de Corrêa, a antropóloga ressaltou também sua importância para a antropologia e para as ciências sociais no Brasil, tendo em vista que sua obra chega ao país em um momento de intensa efervescência dos movimentos sociais (Corrêa, 2003b, p. 114). Nessa mesma ocasião, ela recorda a passagem de Foucault pelo país em 1975, quando ele se recusou a realizar uma palestra agendada na USP ao saber do assassinato do jornalista Vladimir Herzog (1937-1975) pelo regime militar. Em vez disso, aceitou dar uma palestra em um Centro Acadêmico da Unicamp – a convite da própria Corrêa.

mentado, Corrêa já era professora da Unicamp e, por isso, buscou outra instituição para realizar seu doutoramento – sendo que, naquele momento, havia apenas o programa da USP em São Paulo e o recém-criado programa do Museu Nacional no Rio de Janeiro, iniciado em 1977.

Desde o final da década de 1960, Ruth Cardoso e Eunice Durham (1932-2022), que até então atuavam como assistentes da cadeira de Antropologia na USP, migraram para a área da Ciência Política em meio à reestruturação das ciências sociais nessa instituição, tal como realizada no período. Dessa forma, uma grande parte de antropólogos e antropólogas com titulação pela USP nessa geração, com exceção de pessoas ligadas à questão indígena e às questões raciais, foi formada em outra área disciplinar. Segundo Cardoso (2013), essa transferência teve como pano de fundo uma série de questões desencadeadas com a aposentadoria do titular da cadeira, o professor Egon Schaden (1913-1991), além de tensões que já vinham ocorrendo anteriormente.²¹ Durham retornou ao Departamento de Antropologia na década de 1980, enquanto Cardoso permaneceu na Ciência Política durante toda a sua atuação na universidade.

É nesse cenário que Corrêa desenvolve sua pesquisa intitulada *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*, que

21 Entre os fatores envolvidos nesse processo, se destaca a contratação, em regime distinto, de João Baptista Borges Pereira (1930-2026) como assistente (em relação às duas assistentes já contratadas, Durham e Cardoso) e sua indicação por Egon Schaden para titular da cadeira de Antropologia, por ocasião de sua aposentadoria. Se soma a isso a impossibilidade de promoção de Gioconda Mussolini (1913-1969) para a vaga, em virtude de não ter o título de doutora; a derrota na tentativa de contratação de um docente de outro país para ocupar temporariamente a vaga deixada por Schaden (o que permitiria que essa escolha fosse feita com mais vagar); bem como as diferenças teóricas entre a antropologia que estava sendo produzida naquele momento na cadeira sob orientação de Schaden (mais alinhada à ideia de aculturação, de influência norte-americana), e a antropologia urbana ou de inspiração funcionalista inglesa promovida pelas três assistentes mulheres da cadeira. Para mais detalhes sobre essa questão, ver a entrevista de Ruth Cardoso concedida a Corrêa em 1990 (Corrêa, 2013b).

é resultado de uma pesquisa aprofundada sobre um grupo de médicos, “misto de cientistas sociais” (Corrêa, 2013a, p. 11), que colaboraram para a constituição do pensamento antropológico no país no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. A antropóloga se debruçou sobre esse grupo de intelectuais, com destaque para Raimundo Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Afrânio Peixoto (1876-1947), buscando compreender como suas práticas científicas estavam articuladas a ideologias raciais, projetos de Estado e disputas de poder intelectual. Além disso, através da análise da Escola Nina Rodrigues, a autora revela o legado de um investimento no trabalho científico nacional, ao examinar como a rede de pesquisadores e de ideias se formou ao redor do médico-antropólogo maranhense.

Desde o início, Corrêa deixava claro que seu objetivo não era meramente reconstruir uma história das ideias ou das instituições. O foco de sua análise estava em investigar como o saber antropológico era mobilizado, por quem, com quais interesses e com quais efeitos. Durante sua investigação, a antropóloga teve dificuldades para estabelecer relações satisfatórias entre as ideias de Nina Rodrigues e seus discípulos sobre a sociedade brasileira e a forma como atuavam socialmente na mesma, ou seja, como a teoria e a prática política se entrelaçavam. Isso porque as análises do período costumavam se concentrar em apenas um desses elementos, ou, ainda, utilizavam um para criticar o outro sem fazer uma reflexão contextualizada ou sem comunicar isso adequadamente às leitoras e aos leitores das publicações produzidas. A autora propôs que a chamada Escola Nina Rodrigues fosse examinada criticamente, levando em consideração não apenas o conteúdo das ideias produzidas, mas também o contexto histórico e político que permitiu que tais ideias se tornassem legítimas. Como apontam Christiano Tambascia e Gustavo Rossi (2018, p. 9-10):

Daí que, diferente de muito do que se escrevera a respeito até então, ao invés de simplesmente denunciar o racismo nas ideias de Nina Rodrigues e seus discípulos (ou tratá-las como meros equívocos de

uma etapa “pré-científica” da antropologia), *As ilusões da liberdade* vinha justamente problematizar a importância de se entender as lógicas a partir das quais essas ideias de inferioridade racial se tornaram efetivas e significativas, uma causa socialmente relevante quanto aos modos como as pessoas de um certo grupo, tempo e contexto implicavam o mundo em que viviam.

Esse esforço revela uma das principais contribuições de Corrêa: propor uma crítica que não apaga as figuras históricas, mas as compreende em sua complexidade, reconhecendo suas limitações sem desconsiderar sua relevância intelectual. Essa postura permitiu ver a produção de conhecimento como atravessada por contradições e ambiguidades, evitando tanto a demonização retrospectiva quanto a celebração acrítica de trajetórias da história da disciplina.

A pesquisa tinha como pano de fundo um momento de grandes transformações no país. O período analisado coincide com a transição do Brasil do Império à República, logo após a abolição da escravidão no final do século XIX, quando o discurso oficial passou a promover ideais liberais de cidadania, igualdade e progresso. No entanto, como Corrêa mostra, esses ideais estavam longe de se realizar plenamente. É nesse contexto de contradições que surgem as “ilusões da liberdade” mencionadas no título da obra: a ideia de que bastaria a concessão formal da liberdade para corrigir séculos de desigualdade estrutural. O trabalho de Nina Rodrigues e de seus ditos seguidores é expressão clara dessa ambiguidade. Desse debate, emergiu também uma reflexão sobre as definições de nação e de povo, que, nesse cenário, se entrelaçou às questões raciais desenvolvidas no país.

Corrêa evidencia que, naquele momento, o projeto de construção da nação brasileira estava profundamente atravessado por concepções raciais. Os intelectuais da Escola Nina Rodrigues viam na mestiçagem não apenas um dado demográfico, mas uma condição a ser analisada (e muitas vezes corrigida) à luz de modelos de reflexões europeus sobre raça. A

definição de quem compunha o “povo brasileiro” estava, assim, contaminada por hierarquias implícitas, nas quais determinados grupos – especialmente negros, indígenas e pobres – eram tratados como obstáculos ao progresso nacional. A medicina legal, a antropologia e o direito convergiam para uma ideia higienizada de nação, racialmente “melhorada”, em consonância com ideologias eugenistas em voga na época. Ao demonstrar essas conexões epistemológicas, sociais e políticas, Corrêa desmonta a suposta neutralidade científica desses discursos e os reinscreve no centro das disputas sobre o que significava ser brasileira ou brasileiro.

O racismo de Nina Rodrigues, tantas vezes chamado a desqualificar suas pesquisas empíricas, era partilhado por quase todos os intelectuais importantes de sua geração, os quais não só citavam os mesmos autores – de [Thomas] Buckle a [Arthur de] Gobineau – como colocavam a “questão racial” nos mesmos termos, embora nem sempre concordassem com as consequências dessa colocação. A tônica de suas manifestações era a analogia que esses intelectuais estabeleciam entre raça e nacionalidade e a definição de nosso povo como uma população de mestiços (Corrêa, 2013a, p. 45).

Corrêa mostra como a medicina legal, o direito penal e a nascente antropologia se entrelaçavam nesse momento, compartilhando preocupações com a ordem social, o controle da criminalidade e a “normalização” dos corpos e comportamentos. Os sujeitos privilegiados desses estudos eram, invariavelmente, os grupos que ocupavam posições marginalizadas na sociedade brasileira: a população negra, mulheres, pessoas consideradas “loucas”, homossexuais e criminalizadas. A autora evidencia que esses grupos não eram vistos como sujeitos de direitos, mas como objetos de intervenção e correção científica.

Antes de avançar, é preciso comentar brevemente sobre a ideia de uma “Escola Nina Rodrigues”. Corrêa chegou à conclusão, em sua

pesquisa, de que não há uma teoria ou metodologia única que unia Nina Rodrigues a seus discípulos (ou mesmo entre os próprios discípulos). Dessa forma, o primeiro é frequentemente resgatado e lembrado como um brilhante intelectual e pesquisador, com reconhecimento internacional, que reuniu um grupo de discípulos com um talento semelhante e que, após a morte de Nina Rodrigues, seguiram para outras instituições no país. Apesar disso, nenhum desses intelectuais que se reivindicavam seus seguidores abordava detalhadamente suas contribuições em seus próprios trabalhos. Ao contrário: ao resgatarem seu “mestre”, acabavam por colocá-lo em posição secundária e, assim, restringiam o alcance efetivo de suas contribuições. Para Corrêa, o que existe, na verdade, é uma construção de sentido, sobre o impacto e a continuidade do legado de Nina Rodrigues, que é feita a posteriori, que busca legitimar uma linhagem científica brasileira com raízes próprias, de preferência “autônoma” em relação às tradições europeias, ao mesmo tempo que se distinguia de uma outra vertente brasileira emergente sobre o pensamento social brasileiro, representada por Gilberto Freyre (1900-1987), em Pernambuco.

Essa disputa simbólica entre linhagens revela uma tensão profunda e constitutiva da organização tensionada de um campo de estudos sobre o Brasil: de um lado, estava o esforço de Arthur Ramos para se filiar à tradição científica fundada por Nina Rodrigues, conferindo ao primeiro legitimidade histórica; de outro, a necessidade de se diferenciar de Freyre, cujas interpretações sobre a mestiçagem e a cultura brasileira se tornariam centrais para uma outra concepção de identidade nacional. Ao mesmo tempo que reverencia Nina Rodrigues como mestre fundador, Ramos reformula profundamente seus pressupostos teóricos ao se aproximar das ideias do culturalismo norte-americano. Essa relação entre filiação simbólica e ruptura teórica é central para entender os processos de institucionalização da antropologia no Brasil.

É importante ressaltar outro aspecto valioso da tese de Corrêa: o cuidado metodológico com que tratava seus temas de estudo. Longe

de aplicar julgamentos anacrônicos, a autora insistia na importância de compreender esses intelectuais em seus próprios termos, situando suas ideias nos debates científicos e políticos de sua época. Essa postura permite entrever a complexidade de um momento histórico em que ciência, medicina e política estavam profundamente imbricadas, e em que a antropologia ainda buscava se afirmar como disciplina autônoma. Ao mesmo tempo, é preciso reforçar o caráter crítico do trabalho de Corrêa, já que a antropóloga entendia a produção do conhecimento não como um processo linear de acúmulo, descobertas e avanços, mas como um campo atravessado por disputas, interesses e contextos específicos. Dessa forma, ela propôs uma análise atenta às contradições e ambiguidades que marcaram o início do desenvolvimento da disciplina no país – e não apenas nesse período, como veremos adiante.

Após defender sua tese, Corrêa passou a refletir sobre novos projetos de pesquisa, inicialmente retomando o interesse na ideia de desenvolver algo em torno de uma temática mais voltada à família. Nesse mesmo ano, sua dissertação foi publicada como livro e ela permaneceu ativa em grupos de discussão sobre a situação da mulher e da família no Brasil, como o grupo de trabalho “Trabalho, família e sociedade” criado pela socióloga Lia Fukui, que Corrêa coordenou entre 1985 e 1986, desenvolvido nos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).²² Como aponta Moraes (2018, p. 22), o tema família entrou nas discussões feministas cedo e Corrêa “foi uma das primeiras a criticar o economicismo presente nas ciências sociais e a necessidade de uma ampliação dos horizontes de pesquisa sobre outras dimensões da vida familiar, para além das estratégias de sobrevivência ou a participação da mulher no mercado de trabalho”. Esse apontamento permite compreender melhor um comentário de Debert

22 O GT foi o espaço onde as discussões de gênero começaram a emergir na ANPOCS e, posteriormente, foram desenvolvidas em outros fóruns acadêmicos.

em homenagem a Mariza Corrêa, em que afirmou que ela era excelente em colocar sob suspensão as verdades tidas como indiscutíveis, inclusive os debates acadêmicos. Interessavam mais a Corrêa as “boas perguntas” do que as “convicções estabelecidas” (cf. Homenagem [...], 2017).

A ideia inicial de Corrêa para dar continuidade a suas pesquisas após o doutorado era investigar a posição da mulher nas famílias de estancieiros e comerciantes no sul do Brasil (cf. Corrêa, 1994a). A antropóloga chegou a produzir um texto, nunca publicado, intitulado “*As armas e os barões assinalados...*”: *genealogias e história da família* (Corrêa, [198-]). Segundo Adriana Piscitelli (2023), esse trabalho foi escrito e apresentado em um seminário acadêmico no início da década de 1980.²³ Nesse artigo, Corrêa realiza um estudo comparativo entre redes familiares de comerciantes de duas cidades no sul do país – Paranaguá (PR) e Pelotas (RS) –, localidades que perderam seus lugares de destaque na concentração de capital econômico, comercial e político para o estado de Santa Catarina e para a cidade de Porto Alegre na passagem do século XIX para o XX. Nessas redes, o casamento entre algumas famílias mais abastadas apontava para uma endogamia bastante intensa como forma de estreitamento dos laços entre as elites locais e a manutenção do poder (Corrêa, [198-]). O objetivo do trabalho era discutir as possibilidades e dificuldades de uma metodologia que empregava o material genealógico para produzir uma reconstrução familiar, ao mesmo tempo que colocava como foco as relações de gênero envolvidas nessa articulação.²⁴

23 A partir das referências utilizadas por Corrêa, é possível supor que esse documento não date de antes de 1983.

24 Além disso, Corrêa publicou dois artigos e dois textos em anais de congresso sobre família na década de 1980: “Repensando a família patriarcal brasileira” (Corrêa, 1981b), “Mulher & família: um debate sobre a literatura recente” (Corrêa, 1984c), “A imagem fugaz: a família na antropologia brasileira” (Corrêa, 1984b) e “Gilberto Freyre e os modelos de família no Brasil” (Corrêa, 1988).

No entanto, seus planos mudaram pouco tempo depois, levando-a a se aprofundar na história da antropologia no Brasil, como veremos no próximo capítulo.



Parte dos ex-presidentes da Associação Brasileira de Antropologia, 2003: Roque de Barros Laraia (1932–), Ruben Oliven (1945–), Sílvio Coelho dos Santos (1938–2008), Eunice Durham, Manuela Carneiro da Cunha (1943–), Gilberto Velho (1945–2012), Antonio Augusto Arantes, Gustavo Lins Ribeiro (1953–), Mariza Corrêa e Roberto Cardoso de Oliveira (1928–2006) (Fundo Mariza Corrêa, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).